

O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

THE CHALLENGE OF IMPLEMENTING SUSTAINABILITY REPORTS IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS

Tadeu Coelho Gonçalves de Souza 1

Samuel Carvalho De Benedicto 2

Josias Jacintho Bittencourt 3

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar uma Instituição de Ensino Superior Comunitária, sem fins lucrativos, situada no interior do Estado de São Paulo, para verificar a possibilidade de implantação de relatório de sustentabilidade, tendo como premissas as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). A pesquisa possui abordagem qualitativa, com procedimento de coleta de dados documental e análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Os resultados apontam que as diretrizes de um relatório de sustentabilidade, conforme cartilha GRI, podem ser aplicados na IES estudada. Para produzir o próprio relatório de sustentabilidade, a IES precisa ajustar alguns métodos envolvendo: organização de informações e ações estratégicas; treinamento de pessoas para organização de informações e produção de relatório; conscientização e mobilização da comunidade acadêmica para engajamento em ações sustentáveis; adoção de estratégias para que ações sustentáveis sejam inseridas e praticadas, tornando-se parte da cultura nos campi da instituição e; estabelecimento de metas sustentáveis anuais, visando o aperfeiçoamento do relatório de sustentabilidade. A elaboração do próprio relatório de sustentabilidade permitirá que a IES estudada proporcione valores positivos, como o aumento das chances de fidelização junto ao mercado e a análise periódica dos dados para comparar seu desempenho junto à outras IES.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Instituição de Ensino Superior. Relatórios de Sustentabilidade. Indicadores. GRI.

Abstract: This work aims to analyze a non-profit Community Institution of Higher Education, located in the interior of the state of São Paulo, to verify the possibility of implementing a sustainability report, having as premises the guidelines of the Global Reporting Initiative (GRI). The research has a qualitative approach, with a documental data collection procedure and content analysis as a data analysis technique. The results indicate that the guidelines of a sustainability report, as per the GRI primer, can be applied at the studied HEI. To produce its own sustainability report, the HEI needs to adjust some methods involving: organization of information and strategic actions; training of people to organize information and produce the report; awareness and mobilization of the academic community to engage in sustainable actions; adoption of strategies so that sustainable actions are inserted and practiced, becoming part of the culture on the institution's campuses and establishment of annual sustainable goals, aiming at the improvement of the sustainability report. The elaboration of its own sustainability report will allow the studied HEI to provide positive values, such as the increase of chances of market loyalty and the periodic analysis of data to compare its performance with other HEIs.

Keywords: Sustainability. Higher Education Institution. Sustainability Reports. Indicators. GRI.

-
- 1 Mestre em Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3095639213857591>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7585-5149>. E-mail: tadeu.souza@puc-campinas.edu.br
 - 2 Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8787788684633261>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4591-6077>. E-mail: samuel.benedicto@puc-campinas.edu.br
 - 3 Pós-doutor em Direito na Universidade de Coimbra, com bolsa da CAPES. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor visitante da Universidade de Coimbra. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4172117226889846>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0477-4495>. E-mail: josias.bittencourt@gmail.com

Introdução

A elaboração de relatórios de sustentabilidade pelas organizações tem sido uma prática consolidada para avaliar e divulgar parâmetros de resultados sustentáveis (BRADFORD; EARP; WILLIAMS, 2014), inclusive das IES (INSTITUTO ETHOS, 2014). Os relatórios de sustentabilidade são demonstrativos anuais de projetos, benefícios e ações sociais dirigidos a todos os *stakeholders*, sejam eles empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade. O objetivo é tornar públicas a responsabilidade e a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta, criando vínculos com a sociedade (SILVA, 2021). Tendo em vista tais objetivos, a ONG *Global Reporting Initiative (GRI)* desenvolveu uma estrutura documental embasada em diretrizes que orientam como criar relatórios de sustentabilidade. A *GRI* tornou-se referência na metodologia de produção de relatórios de sustentabilidade com a adesão de organizações empresariais por todo o mundo (MARIMON *et al.*, 2012).

Sendo as IES importantes veículos de disseminação e conscientização de desenvolvimento sustentável, sendo multiplicadoras de ações vivenciadas, os relatórios de sustentabilidade são fontes de auxílio para concretizar conceitos aperfeiçoados de universidade, no caso, as que se enquadram no “modelo de sustentabilidade”. Entretanto, a área de educação não possui, atualmente, um suplemento setorial com indicadores específicos. Faz-se necessário, assim, desenvolver instrumentos alinhados a esse contexto, ou seja, desenvolver estruturas de indicadores que propiciem elaborar relatórios de sustentabilidade simplificados e abrangentes para as IES (SOUZA; DE BENEDICTO; SILVA, 2022).

As IES precisam preparar-se para transformar mudanças em oportunidades; tornando-se competitivas em relação à concorrência. É uma premissa que existirá somente se houver um modelo de monitoramento ambiental. A preocupação de se obter um desenvolvimento sustentável amplia, por consequência, a forma de atuação das organizações, passando a envolver, além das considerações meramente econômicas, preocupações de caráter ambiental e social (SOUZA, 2018).

A nova revolução em prol da sustentabilidade (LOVISCEK, 2021) evidencia a importância da adoção de ações nas IES relacionadas com desenvolvimento sustentável, em todas as formas de atuação (SOUZA, 2018). Passada a ênfase da década da educação, face ao surgimento da ênfase em desenvolvimento sustentável, criada pela UNESCO (2005-2014), ainda se fazem necessários muitos avanços sobre ecologização das IES e sensibilização dos *stakeholders* (BEURON; ALMEIDA; MADRUGA, 2016). É importante que as Universidades apresentem conexão entre práticas e ensinamentos discente (WARKEN; HENN; ROSA, 2014). Mesmo sem ter dimensões industriais, as IES proporcionam impactos ambientais que precisam ser mitigados, como as questões de âmbito social e econômico (CARVALHO; SILVA, 2014; LEAL, 2011).

A partir desse contexto, surgem algumas questões, que resumem o problema da pesquisa: Quais elementos das diretrizes *GRI* podem ser aplicados na elaboração de um relatório de sustentabilidade de uma IES Comunitária? Tendo as diretrizes da *GRI* como base, quais práticas de sustentabilidade podem ser implantadas numa IES Comunitária?

Este trabalho tem como objetivo analisar uma IES Comunitária, sem fins lucrativos, situada no interior do Estado de São Paulo, para verificar a possibilidade de implantação de relatório de sustentabilidade, tendo como premissas as diretrizes *GRI*.

Relatórios de sustentabilidade

Um relatório de sustentabilidade é um documento produzido anual e voluntariamente por uma empresa após “auditoria interna”, visando mapear graus de sustentabilidade. A “auditoria” é uma forma de compreender a gestão e avaliá-la, conforme parâmetros ambientais, sociais, econômicos e de governança (INSTITUTO ETHOS, 2014). Além disso, mostra-se uma ferramenta operacional vantajosa, uma plataforma orientadora para mudanças, possibilitando estabelecer objetivos e metas, transformações operacionais, controle de externalidades e comunicação de impactos positivos e negativos. Também coleta informações que podem influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização (LEGITIMUS, 2012).

Os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação de

desempenho social, econômico e ambiental das organizações corporativas. Porém, quando o seu método de estruturação é adotado, surge concomitantemente um compromisso dos *stakeholders*, evidenciando a necessidade de discernimento de impactos, reflexão e definição dos indicadores, bem como a comunicação com o público de interesse. Face as constantes exigências da sociedade para que as organizações efetivem diretrizes de responsabilidade social, é importante que os relatórios sejam divulgados periodicamente (FEIL; STRASBURG; NAIME, 2013).

Relatórios de sustentabilidade apontam, mensuram e divulgam impactos socioambientais causados pelas atividades das organizações. Tem sido uma prática incorporada por empresas de diversos países. A adesão a realização de relatórios de sustentabilidade é voluntária, mas a prática tem por objetivos: apoiar e facilitar uma gestão com conceitos de sustentabilidade cotidiana e sistematicamente; divulgar riscos e oportunidades; e construir reputação corporativa positiva, transparente. Os diagnósticos dos relatórios também servem para dimensionar e orientar as demandas crescentes da sociedade e, principalmente, propiciar respostas às cobranças que os *stakeholders* fazem das empresas, como explicitar ações de responsabilidades socioambientais e atuações no ambiente que estão inseridas (CAMPOS *et al.*, 2013).

Muitas organizações têm escolhido desenvolver relatórios de sustentabilidades tendo como base as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, face a alguns fatores como padronização e adaptação de estruturas oferecidas pelos diversos segmentos institucionais.

A *Global Reporting Initiative (GRI)* foi criada em 1997 pela ONG norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics – CERES*, na cidade de Boston, EUA. Possui uma rede *multistakeholders* (rede diversificada em público de interesse), cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade no mundo. A primeira versão de diretrizes para relatórios de sustentabilidade, conforme modelo *GRI*, foi lançada no ano 2000, tendo a participação de voluntários do setor empresarial, ONGs, organizações trabalhistas, investidores institucionais, ativistas de direitos humanos, firmas de auditoria e consultoria, agências da ONU, entre outras. A segunda geração de orientações, conhecida como G2, foi lançada em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul. Na ocasião, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) acolheu a *GRI* e convidou os estados membros da ONU para participar. A Holanda foi escolhida para ser o país anfitrião (*GRI*, 2013).

Em 2002 a *GRI* foi formalmente estruturada como organização, passando a ter sua sede em Amsterdã. O PNUMA passou a ser, oficialmente, um colaborador. Em 2006 foi lançada a terceira geração de diretrizes; sua elaboração teve a participação de mais de 3.000 especialistas de empresas, sociedade civil e movimento sindical (*GRI*, 2013).

Após o lançamento da versão G3, a *GRI* expandiu estratégias de alianças, como as parcerias firmadas com o Pacto Global das Nações Unidas e com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, dentre outros. A participação da *GRI* foi estabelecida por meio de Pontos Focais – escritórios regionais – em vários “territórios-chave” (*GRI*, 2013). Em 2011, a *GRI* publicou as diretrizes G 3.1, uma atualização da G3, contendo orientações relacionadas às questões de gênero, comunidade e direitos humanos. Segundo a *GRI* (2013), naquele ano 6.250 organizações divulgaram 18.387 relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes da *GRI*.

Em 2013 surgiu a versão *GRI – G4* que, diferentemente das atualizações anteriores, trouxe mudanças profundas na aplicação dos conceitos de sustentabilidade nas empresas. A reformulação das suas diretrizes buscou atender novas e velhas necessidades, mapeadas pelos usuários e pela própria *GRI*, sem prejuízo a necessária qualidade técnica e relevância.

Segundo a *GRI* (2013), as diretrizes para se elaborar um relatório de sustentabilidade possuem como referência documentos, acordos e normas internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos; a Convenção das Nações Unidas; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e as Diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais.

A estrutura para se elaborar de relatórios de sustentabilidade, segundo parâmetros da *GRI*, possui quatro elementos importantes:

- 1) **Diretrizes para a elaboração de relatório de sustentabilidade:** princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem o conteúdo do relatório, indicadores de desempenho e outros itens de divulgação. As diretrizes da *GRI* são desenvolvidas com a participação de grupos de trabalho internacionais, partes interessadas e consulta pública;
- 2) **Protocolos de indicadores:** fornecem definições, orientações para compilação e outras informações que asseguram a coerência dos indicadores de desempenho;
- 3) **Suplementos setoriais:** são publicações com interpretações e orientações sobre a aplicação dos indicadores em setores específicos;
- 4) **Protocolos técnicos:** orientam a elaboração do relatório de sustentabilidade, inclusive seus limites.

Com base nesses elementos estruturantes elabora-se o relatório de sustentabilidade.

Em síntese, um relatório de sustentabilidade, segundo o modelo da *GRI*, deve possuir um conteúdo que contém: o perfil da organização, com informações sobre o contexto geral do desempenho organizacional, incluindo as respectivas formas de estratégia, de governança; informações sobre a forma de gestão, com dados que explicitam contextos nos quais podem ser interpretados o desempenho da organização; e indicadores de desempenho, essenciais para compreender os desempenhos econômico, ambiental e social. A dimensão social se subdivide nas categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Para a elaboração do relatório de sustentabilidade, a organização pode optar por um dos três níveis de aplicação propostos pela *GRI*. Cada nível de aplicação, segundo perfil e necessidade da organização, determina o número de itens necessários das diretrizes e dos suplementos setoriais, se houver, bem como o número de indicadores de desempenho a ser respondidos.

Segundo a *GRI* (2013), existem os níveis de aplicação C (iniciante), B (intermediário) e A (avançado). A organização poderá, também, autodeclarar-se um “ponto a mais” (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+). Neste caso, para uma devida certificação, será necessário a realização de uma auditoria externa após a criação do relatório de sustentabilidade.

O nível “C”, por exemplo, estabelece um mínimo de 10 (dez) indicadores de desempenho a serem respondidos, enquanto o nível B exige um mínimo de 20 (vinte) indicadores. Já o nível A, considerado completo, exige o preenchimento de todos os indicadores de desempenho.

Por exemplo, uma empresa que esteja fazendo um relatório pela primeira vez pode decidir relatar em nível C, produzindo, assim, um relatório mais simples (contendo 10 indicadores relevantes), restrito a alguns aspectos; uma grande organização, que produz relatórios há muitos anos, provavelmente possui experiência para produzir relatórios abrangentes, de nível A. O mais adequado é que as organizações comecem como relatoras iniciantes (nível C) e subam para os outros níveis nos relatórios subsequentes.

A Figura 1 apresenta os níveis de aplicação, de maneira resumida, com suas respectivas exigências.

Figura 1. Níveis de aplicação da GRI

Nível de Aplicação do Relatório	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da GRI RESULTADO	Responda aos itens: 1.1 2.1 - 2.10 3.1 - 3.8, 3.10 - 3.12 4.1 - 4.4, 4.14 - 4.15		Responda a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2 3.9, 3.13 4.5 - 4.13, 4.16 - 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a Forma de Gestão da GRI RESULTADO	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
Indicadores de Desempenho da GRI & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da GRI e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da Materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: Cartilha GRI (2013).

Os relatórios de sustentabilidade, segundo os modelos da GRI, passam por duas fases. A primeira fase reúne os princípios de definição e orientações (escopo, qualidade e limites do relatório). Na segunda fase estão elementos estruturantes do relatório (o conteúdo apresentação do perfil da empresa), a forma de gestão e os indicadores (econômicos, ambientais, sociais).

Os indicadores de desempenho da versão G4 estão divididos em três dimensões, sendo, 34 ambientais, 09 econômicas e 47 sociais. Totalizam 91 indicadores (Quadro 1).

Quadro 1. Dimensões, subdivisões e indicadores da GRI.

DIMENSÕES	SUBDIVISÕES	TOTAL DE INDICADORES
Ambiental	12 Aspectos	34
Econômica	4 Aspectos	9
Social	30 Aspectos	48
TOTAL	46 Categorias	91

Fonte: Elaborado pelos autores, com base na GRI versão G4 (2013).

As diretrizes da GRI para elaboração do relatório de sustentabilidade podem ser utilizadas por toda e qualquer organização, independentemente do seu setor na economia. Porém, para adaptar à realidade das organizações, a própria GRI dispõe de suplementos setoriais que orientam caminhos que possam perseguir o contexto, a realidade e a especificidade de cada setor (GRI, 2013). A GRI disponibiliza suplementos para diversos setores. Todavia, o setor educacional ainda não possui um suplemento setorial específico. Por isso, o desafio deste trabalho: realizar estudo diagnóstico e propositivo para implantação de relatório de sustentabilidade em uma IES comunitária, tendo como base as diretrizes da GRI.

No âmbito da iniciativa privada, no Brasil, importantes companhias têm produzido, regularmente, relatório de sustentabilidade. Os parâmetros utilizados têm como fonte as diretrizes sugeridas pela GRI. Segundo Campos *et al.* (2013), muitas empresas têm feito relatórios com base nas diretrizes GRI, como Natura, CPFL Energia, Samarco Mineração, a Petrobrás, Banco Real, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, dentre outras. No setor público brasileiro, órgãos como Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Tocantins e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

Na área educacional, a *GRI* (2013) aponta que até o ano de 2014 foram realizados 96 relatórios de sustentabilidade, em todo mundo. Em relação às IES brasileiras, estão disponibilizados seis relatórios, sendo todos de IES privadas: Anhanguera Educacional, Fundação Dom Cabral, Universidade Feevale, Universidade São Francisco, Universidade Mackenzie e Universidade Estácio de Sá.

Segundo a *GRI* (2013), dentre as razões se divulgar um relatório de sustentabilidade destacam-se: (i) aumento da compreensão sobre os riscos e as oportunidades que enfrentam; (ii) melhora da reputação e de fidelidade à marca; (iii) compreensão dos interessados sobre desempenho e impactos de sustentabilidade; (iv) ênfase na relação entre desempenho organizacional financeiro e não financeiro; (v) influências nas estratégias e nas políticas de gestão em longo prazo e nos planos de negócios; (vi) padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação de aplicabilidade de leis, normas, códigos, padrões corporativos e iniciativas voluntárias; (vii) demonstração de como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; (viii) comparação do desempenho organizacional interno com o de outras organizações; (ix) adequação com normas nacionais, como os requisitos da bolsa de valores.

Os benefícios para as organizações que elaboram e divulgam relatórios de sustentabilidade são diversos. Para a gestão corporativa da organização, o relatório pode representar um diagnóstico das principais fortalezas e debilidades de desempenho socioambiental. Para a imagem pública, o relatório de sustentabilidade é a oportunidade de transparência, melhoria de reputação e aumento de fidelidade, motivação e compromisso dos diversos *stakeholders* (funcionários, colaboradores, fornecedores, acionistas e investidores).

Método e procedimentos

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para CEBRAP (2016), a busca qualitativa tem como ponto inicial a compreensão da intenção do ato social, ou seja, possibilita compreender a estrutura de motivações que os sujeitos possuem, os propósitos que orientam as condutas, os valores, sentimentos, crenças que os dirigem para uma finalidade determinada. Assim, a análise qualitativa favorece a compreensão dos fatores relacionados com as decisões que, por sua vez, atribuem significado às informações utilizadas no processo de gestão.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória, à medida que busca identificar a aplicação da *GRI* no relatório de sustentabilidade em uma IES comunitária. A pesquisa descritiva, de acordo com Gil (2019), tem como objetivo primordial descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relação entre as variáveis. Já a pesquisa exploratória ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática estudada, buscando-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro, proporcionando melhor visão geral do fato.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como uma pesquisa documental. Segundo Gil (2019), a pesquisa documental é justificada a partir do momento em que se organizam informações dispersas, conferindo-lhe nova importância como fonte de consulta. A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada, visando selecionar, tratar e interpretar informações brutas, procurando extrair delas algum sentido para se introduzir algum valor, contribuindo, assim, com a comunidade científica.

Neste trabalho, a aplicação do modelo pesquisa documental procura analisar diversos relatórios publicados por instituições de ensino superior (IES) brasileiras, que serviram como *Benchmarking*. Buscou-se alinhar as diretrizes estabelecidas pela cartilha *GRI* ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade objeto de estudo, sempre viabilizando o balizamento das dimensões ambientais, econômicas e sociais, conforme define o *TBL* (*Triple Bottom Line*).

Quanto à dimensão do tempo, a pesquisa se caracteriza como transversal, uma vez que o estudo foi realizado apenas uma vez e revela o instantâneo de um determinado momento (COOPER; SCHINDLER, 2016). Ou seja, este estudo retrata o estágio da sustentabilidade na Universidade apenas no ano em que foi estudada: 2017.

Neste estudo, a análise de conteúdo foi eleita como técnica de análise dos dados coletados.

Nos últimos anos, a análise de conteúdo vem tendo destaque entre os métodos qualitativos e, por causa disso, ganhando legitimidade. A importância da análise de conteúdo para os estudos organizacionais é cada vez maior e tem evoluído em virtude da preocupação com o rigor científico e a profundidade das pesquisas (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). O percurso de análise deste trabalho tem como referência uma obra de Laurence Bardin, literatura de referência para análises de conteúdo. O estudo seguiu fases de análise, conforme a metodologia de Bardin (2016, p. 121): (i) pré-análise; (ii) exploração de material, e; (iii) tratamento dos resultados, que envolve a inferência e interpretação.

A pesquisa foi realizada na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), instituição de natureza comunitária, que possui tradição de quase 80 anos de atuação no mercado. Atualmente, a Universidade oferece cerca de 60 cursos de graduação e nove cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, em diversas áreas do conhecimento. A Universidade possui uma comunidade acadêmica com cerca de 20.000 alunos, professores e funcionários (PDI, 2013-2017).

Fisicamente, está distribuída em três *Campi* universitários: o *Campus I*, *Campus II* e *Campus Central*, todos localizados no município de Campinas, Estado de São Paulo. A estrutura em três *Campi* favorece inserção regional, em especial, junto à comunidade de Campinas, bem como aos outros municípios que compõem a Região Metropolitana e a Região Administrativa de Campinas (PDI, 2013-2017).

Segundo dados do IBGE (2016), a Região Administrativa de Campinas, composta por 90 municípios, tornou-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado de São Paulo, conferindo-lhe grande dinamismo. A cidade de Campinas conta com uma população de aproximadamente 1,2 milhão habitantes. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é formada por 20 municípios,¹ possuindo uma população de cerca de 3,14 milhão de habitantes, representando 1,5% da população do Brasil.

Nas últimas décadas a RMC foi a mais dinâmica das regiões do interior paulista, apresentando intenso processo de urbanização, que resultou numa acelerada metropolização, favorecendo a proliferação de inúmeros desequilíbrios típicos de regiões metropolitanas brasileiras. A região é, também, uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro e representou 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) paulista em 2010 (IBGE, 2016).

Nos últimos anos, a região de Campinas vem ocupando e consolidando uma importante posição econômica, por meio de parque industrial moderno, diversificado e composto por segmentos de natureza complementar. Destaca-se, em especial, pela presença de centros inovadores de pesquisas científicas e tecnológicas. A região abriga aproximadamente 49.753 empresas e 4.180 organizações sem fins lucrativos. A densidade de atores econômicos presentes na região confere a Campinas o terceiro maior PIB dentre as cidades não capitais do país, evidenciando seu protagonismo na economia do Estado de São Paulo e sua relevância nacional (IBGE, 2014)

A evolução socioeconômica e espacial da região transformou-a em um espaço com estrutura moderna, de alto grau de complexidade e grande riqueza concentrada. Alguns fatores favoreceram essa situação, como a infraestrutura de transportes, a proximidade do maior mercado consumidor do país (Região Metropolitana de São Paulo – RMSP), o sofisticado sistema de ciência e tecnologia, a mão-de-obra altamente qualificada, dentre outros. Além disso, a posição da região nos cenários geográfico e econômico tem favorecido a instalação de novas empresas, e estimulando a formação de arranjos produtivos locais em áreas especiais e específicas como petroquímica, têxtil, cerâmica e flores, dentre outras (IBGE, 2016).

Analisando a trajetória da Universidade, é possível afirmar que a PUC-Campinas construiu sólida reputação na graduação, principalmente em áreas de formação para profissionais que podem atuar em nível loco-regional. Quanto a pesquisa e extensão, a ênfase é mais recente. Face as características peculiares, a Universidade tem priorizado ações nas áreas social e de políticas públicas, confirmando sua vocação comunitária, e voltada para objetivos regionais. Assim, a PUC-Campinas, além de ser reconhecida pela tradição e qualidade de ensino, apresenta intensa atuação social, em sintonia com a filosofia católica e comunitária. A Universidade é reconhecida pelos

¹ A RMC abrange 20 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

serviços que presta ao país e, em especial, à região e sociedade, fatos comprovados pelos números acadêmico-científicos e pela qualidade dos egressos.

Resultados e discussão

Este tópico tem como finalidade apresentar os dados coletados por intermédio de análise documental, tendo em vista a possibilidade de aplicação dos principais fatores de sustentabilidade à gestão dos *campi* universitários da IES comunitária, objeto do estudo.

Os dados coletados foram divididos em três categorias, segundo critérios apontado por Elkington (2012) e descritos no referencial teórico: dimensão econômica; dimensão social; e dimensão ambiental. Cada categoria se encontra composta por:

Fatores extraídos do PDI da Universidade – O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC-Campinas é um documento institucional que contempla as principais ações estratégicas planejadas pela instituição nos âmbitos acadêmico, administrativo, financeiro, comunitário, social e ambiental. Portanto, é um documento que contém um conjunto de ações estratégicas voltadas para as três dimensões da sustentabilidade (econômica, social e ambiental), as quais serão expostas logo mais.

Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI – As estratégias organizacionais podem ser divididas em deliberadas e emergentes. Deliberadas são as estratégias discutidas, acordadas e que constam no planejamento organizacional (Por exemplo, as ações estratégicas contidas no PDI da Universidade). Entretanto, existe também um conjunto de ações estratégicas que surge ao longo do processo administrativo, motivado pela dinâmica institucional: são as estratégias emergentes (Conforme MINTZBERG et al., 2010). Partindo de tais pressupostos, constata-se que a Universidade pesquisada tem implantado estratégias emergentes que promovem a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental, apesar de tais estratégias não estarem previstas no PDI. As ações foram implementadas através da dinâmica universitária. Tais ações serão expostas neste estudo.

Fatores da cartilha GRI não adotados pela Universidade – Trata-se de indicadores de sustentabilidade apresentados pela cartilha GRI, no seu nível inicial de aplicação (nível “C”), sugeridos para a elaboração de relatório de sustentabilidade na Universidade. Tais indicadores não têm sido adotados pela Universidade pesquisada, mas são importantes no contexto e objetivo deste estudo.

Para analisar fatores não adotados pela Universidade, que constam na cartilha *GRI*, utilizou-se o Índice GAPIE (grau de aderência plena aos indicadores essenciais), desenvolvido por Dias, Siqueira e Rossi (2006) em estudos sobre a importância da adesão universitária às dimensões da sustentabilidade. Assim, chegou-se a um conjunto de fatores de sustentabilidade.

A seguir será apresentado um resumo geral dos (i) fatores extraídos do PDI, praticados pela Universidade; (ii) fatores praticados pela Universidade que não constam no PDI e (iii) fatores que constam na cartilha GRI mas que não são adotados pela Universidade. Cada fator se encontra associado a uma dimensão (econômica, social, ambiental), de acordo com a prática, ou não, pela Universidade (Quadro 2).

Quadro 2. Fatores e Dimensões da Sustentabilidade.

Fatores extraídos do PDI, praticados pela Universidade		Econômico	Social	Ambiental
1	Valores institucionais ligados ao desenvolvimento da sustentabilidade econômico-financeira;	X		
2	Estudos em busca de soluções para problemas relacionados com o desenvolvimento econômico;	X		
3	Finalidade estatutária dedicada ao estudo da realidade do mundo presente, em busca de soluções democráticas para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural;	X		

4	Responsabilidade social relacionada ao entorno social e econômico;	X		
5	Planos de trabalho de extensão voltados à conjuntura econômica e à qualificação da gestão em práticas na área econômico-financeira;	X		
6	Modelo de governança e sustentabilidade desencadeado na manutenção/melhoria de sua imagem institucional;	X		
7	Responsabilidade social relacionada ao entorno social;		X	
8	Grupos de Pesquisa e Extensão voltados, principalmente, à ação no campo social;		X	
9	Política de Ensino com intensa atuação social;		X	
10	Valores institucionais relacionados ao compromisso social;		X	
11	Estudos em busca de soluções democráticas para os problemas com o desenvolvimento social;		X	
12	Grupo de trabalho responsável pela política municipal de atenção à pessoa com deficiência;		X	
13	Métodos e técnicas de ensino adequado à realidade social, com intensa atuação social no âmbito da RMC;		X	
14	Desenvolvimento de pesquisas voltadas ao avanço do conhecimento social;		X	
15	Cursos com atividades de cunho Social;		X	
16	Curso com ações e intervenções na área Social, de Assistência e Educação, com Prática Terapêutica Supervisionada (PTS) e Estágios nos seguintes locais: Hospital e Maternidade Celso Pierro, Serviço de Quimioterapia, Clínica Escola de Terapia Ocupacional, Rede de Atenção Básica e Rede de Saúde Mental;		X	
17	Curso com orientação jurídica e patrocínio de processos judiciais;		X	
18	Projetos de extensão voltados ao compromisso social, à comunicação comunitária e cidadania e ao esporte unificado;		X	
19	Universidade da terceira idade;		X	
20	Curso de extensão voltado ao empreendedorismo social;		X	
21	Centro Interdisciplinar de Apoio a Pessoas com Deficiência (CIAPD), cuja sua finalidade é proporcionar a inclusão social de pessoas com deficiência;		X	
22	Vestibular Social para ingresso de candidatos em situação de vulnerabilidade social, em Cursos de Licenciatura e Bacharelado;		X	
23	Programa de incentivo à licenciatura;		X	
24	Escola da Família em parceria com a UNESCO;		X	
25	Programas de bolsa de estudo;		X	
26	Plano de Carreira Docente;		X	
27	Assistência Médica de professores e funcionários;		X	
28	Projeto PUC "De Bem com a Vida";		X	
29	Pesquisa de Clima Organizacional;		X	

30	Grupos de Trabalho ligados ao Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico, Ambiental, Documental e Paisagístico do Município de Jaguariúna – CONPHAAJ;			X
31	Grupos de Trabalho relacionados ao Grupo Técnico Municipal da Política e do Plano Municipal de Educação Ambiental;			X
32	Programas que visam à perspectiva do atendimento aos indicadores de qualidade ambiental;			X
33	Planos de Trabalho de Extensão voltados ao desenvolvimento de atividades de conscientização sobre o uso correto de saneantes domissanitários;			X
34	Planos de Trabalho de Extensão voltados à educação permanente para a qualificação profissional na construção civil em relação à sustentabilidade ambiental de projetos e/ou construções;			X
35	Planos de Trabalho de Extensão voltado à sustentabilidade ambiental considerando o conforto térmico e a iluminação.			X
Fatores adotados pela Universidade que não constam no PDI		Econômico	Social	Ambiental
1	Lâmpadas de Led;	X		
2	Usina Fotovoltaica;	X		
3	Reuso de água de chuva;	X		
4	Trote Solidário;		X	
5	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.			X
Fatores que constam na Cartilha GRI, não adotados pela Universidade		Econômico	Social	Ambiental
1	EC6 – Apoio da organização aos negócios locais na cadeia de suprimentos;	X		
2	LA1 – Relatório sobre o tamanho do público interno;		X	
3	LA6 – Comitê de segurança e saúde com representação conjunta buscando promover uma cultura positiva de segurança e saúde;		X	
4	LA8 – Programas de assistência aos empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves;		X	
5	LA11 – Programas de aprendizagem contínua;		X	
6	LA12 – Avaliação de desempenho de empregados;		X	
7	HR2 – Desempenho em direitos humanos;		X	
8	EN1 – Rastreamento interno de materiais utilizados;			X
9	EN2 – Identificação de insumos reciclados;			X
10	EN5 – Programa de conservação de energia;			X
11	EN29 – Programa de controle logístico interno.			X

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados identificados permitem realizar uma análise com foco na importância do relatório de sustentabilidade, nas 03 (três) dimensões que norteiam um desenvolvimento sustentável, ou seja, as dimensões econômica, social e ambiental.

Os dados também mostram potencialidades e fragilidades na IES comunitária pesquisada. Existem muitos fatores importantes, nas três dimensões da sustentabilidade, que têm sido praticados pela IES pesquisada. No total, foram encontradas 51 (cinquenta e uma) ações planejadas

e implementadas como estratégias deliberadas, permitindo afirmar que na IES estudada há compromisso e engajamento na promoção da sustentabilidade. Por outro lado, há fatores de sustentabilidade que estão dispersos nos documentos institucionais, ou fora deles. Dentre as ações sustentáveis encontradas na instituição, somente 35 (trinta e cinco) encontram-se registradas no PDI da Universidade. Outras 05 (cinco) encontram-se registradas em documentos normativos da Universidade. Outras ações, que podem ser consideradas como estratégias emergentes, têm sido praticadas sem compor oficialmente os documentos institucionais. São ações importantes, resultados da dinâmica da Universidade, e que deveriam constar em documentos de acesso público.

Ações estratégicas sustentáveis – tanto as deliberadas quanto as emergentes – estão sendo executadas, mas, afinal, quem tem acesso aos resultados efetivos? O estudo permite concluir que o acesso ao resultado das práticas sustentáveis se restringe a comunidade acadêmica, àqueles que visitam os *campi* e ao público externo que conhece as ações sustentáveis detectadas pela pesquisa. Porém, o grande público do Brasil e de outros países também poderiam conhecer as ações sustentáveis promovidas pela IES estudada.

Partindo da premissa de que as universidades são importantes veículos para disseminar e conscientizar desenvolvimento sustentável, face a sua atividade multiplicadora de ações vivenciadas (PASINATO; BRIÃO, 2014), o estudo permite levantar as seguintes questões:

Para que serve um relatório de sustentabilidade? Um relatório de sustentabilidade ajuda a resolver os problemas diagnosticados na pesquisa sobre a Universidade? Ao implantar políticas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade a Universidade consegue publicizar suas ações sustentáveis, de tal forma a serem conhecidas pelo público externo nacional e internacional?

Segundo diversos autores, e também com o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (INSTITUTO ETHOS, 2014), os relatórios de sustentabilidade são demonstrativos anuais de projetos, benefícios e ações estratégicas e sociais, cuja função é tornar pública a responsabilidade e preocupação da empresa com pessoas e a vida no planeta, criando vínculos com a sociedade.

Tendo em vista que os relatórios de sustentabilidade ajudam a identificar os impactos das operações da organização sobre o meio ambiente, economia e sociedade civil (CUNHA; RIBEIRO, 2008), os dados da pesquisa permitem inferir que o mesmo raciocínio pode ser aplicado às IES comunitárias. No caso da IES estudada, um relatório de sustentabilidade pode apontar informações confiáveis, relevantes e padronizadas para auxiliar a instituição na gestão de riscos e impactos identificados na tomada de decisões.

Os dados coletados autorizam afirmar que as diretrizes de um relatório de sustentabilidade, segundo a cartilha *GRI*, podem ser aplicadas na IES estudada, tendo em vista ser, também, universalmente aplicáveis em empresas com dimensões diversas, tipos e setores do mercado. Afinal, conforme afirmam Marimon *et al.* (2012), a *GRI* é uma importante referência para se elaborar relatórios de sustentabilidade. A adesão às metodologias da *GRI* pelas organizações empresariais tem crescido constantemente no mundo. A remodelagem, baseada nos critérios *GRI* de relatório de sustentabilidade, têm sido padrões globais para criação de relatórios de desenvolvimento sustentável. Seus indicadores estão disponibilizados em módulos inter-relacionados, representando as práticas de interessantes impactos positivos econômicos, ambientais e sociais.

Após estudos da cartilha *GRI*, tendo como base o *Triple Bottom Line*, sugerido por Elkington (2012), pode-se afirmar que os dados coletados da IES estudada contêm indicadores das dimensões econômica, social e ambiental; que os dados identificados são suficientes para que a Universidade inicie a elaboração do seu próprio relatório de sustentabilidade. É possível porque, conforme demonstrado no referencial teórico, para elaborar um relatório de sustentabilidade a IES não precisa utilizar todos os padrões *GRI*. Basta utilizar partes específicas do documento e relatar apenas as informações que são necessárias para o desenvolvimento da Universidade. Assim, a Universidade pode optar pela aplicação de diretrizes *GRI* de nível inicial “C”. Posteriormente, com a aplicação das ações estratégicas das dimensões econômica, ambiental e social, a IES poderá migrar para a aplicação de um nível mais avançado.

Para produzir o seu próprio relatório de sustentabilidade, a IES estudada precisa implantar algumas ações, como: (i) tomar a decisão de produzir o próprio relatório de sustentabilidade; (ii) organizar as informações e relatar suas ações estratégicas, deliberadas e emergentes, em documentos, conforme mencionado; (iii) treinar pessoa(s) para organizar as informações e produzir

o relatório; (iv) conscientizar e mobilizar a comunidade acadêmica para engajamento em ações sustentáveis; (v) tornar o seu relatório de sustentabilidade um documento público, por meio do site institucional; (vi) adotar estratégias para que as ações sustentáveis sejam inseridas e praticadas pela comunidade, tornando-se parte da cultura nos *campi* da instituição, e; (vii) estabelecer metas sustentáveis anuais, para que, todo ano, de acordo com as instruções da cartilha *GRI*, o relatório de sustentabilidade seja ampliado e aprimorado.

A elaboração de relatório de sustentabilidade permite à Universidade estudada: (i) demonstrar compromisso com os aspectos econômicos, sociais e ambientais; (ii) planejar atividades, tornando-se mais sustentável a cada dia; (iii) demonstrar organização nos vários segmentos das suas atividades; (iv) demonstrar que educação não se atém apenas às discussões teóricas; ao contrário, envolve também ações práticas que auxiliam na resolução dos problemas enfrentados pela humanidade; (v) criar uma cultura de se praticar ações sustentáveis no âmbito da comunidade acadêmica; (vi) obter transparência nas relações com a comunidade acadêmica e a sociedade; (vii) apresentar capacidade de participação e influência na comunidade e na sociedade; (viii) apresentar disposição e possibilidade de cumprir a legislação vigente.

São benefícios, dentre outros citados anteriormente, que ampliam os valores positivos da IES estudada, proporcionando aumento e chances de fidelização junto ao mercado e, também, possibilitando análises periódicas de dados para comparação de desempenho diante de outras organizações.

Produzir relatórios de sustentabilidade é importante para qualificar o valor de um processo de **relato integrado** de uma IES comunitária. Porém, a escolha de qual orientação usar ou consultar também influenciará nos resultados, face a análise de fatores e das dimensões econômica, social e ambiental.

Este estudo demonstra que um relatório de sustentabilidade, de uma universidade, estará incompleto quando faltar a análise de uma das dimensões mencionadas: econômica, ambiental e social. Conforme demonstrado no referencial teórico deste estudo, a dimensão econômica é muito importante, pois, segundo Elkington (2012), há desenvolvimento sustentável através da dimensão econômica somente quando a qualidade de vida tiver preponderância sobre a quantidade de produção. Nesse sentido, Bellen (2008) acredita que as crises surgem quando a economia, ou subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa os seus limites.

A dimensão social também é muito importante num relatório de sustentabilidade de uma IES, pois, segundo Lourenço e Carvalho (2013), é uma dimensão que possibilita a organização a pensar no ser humano como elemento-chave. Sob essa perspectiva, um dos objetivos de uma IES deve ser o de garantir que as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços e boa qualidade de vida, pautando-se o desenvolvimento sustentável como forma de expansão e de liberdades substantivas. Isso faz com que o ser humano, dentro ou no entorno das IES, seja considerado como componente significativo nos debates sobre sustentabilidade. Porém, tal dimensão requer muita cautela e atenção, tendo em vista que estudos mostram tentativas de concentrar discussões sobre aspectos econômicos e ambientais em detrimento da dimensão social (SARKIS; HELMS; HERVANI, 2010; VIFELL; SONERYD, 2012).

A dimensão ambiental é muito importante num relatório de sustentabilidade, tendo em vista que permite mensurar os impactos das atividades humanas e organizacionais no meio ambiente. Conforme mencionado e, segundo Bellen (2008) e Elkington (2012), a dimensão ambiental -encontra-se ligada a um capital natural. É um conceito que enxerga, sob a ótica de custos de produção, valor dos recursos naturais em relação a um produto ou serviço, tratando-os como capital, nos mesmos moldes como são tratados os recursos econômicos. Assim, uma organização que depende da natureza para seu sucesso deve pensar nos bens naturais como parte do seu capital. A eventual escassez de recursos naturais irá afetar diretamente a produtividade e a saúde financeira dos negócios, acarretando consequências indesejáveis. No caso da IES estudada, é imprescindível mensurar os impactos das suas atividades sobre o meio ambiente a fim de avaliar se está sendo ambientalmente sustentável.

Considerando as discussões teóricas, os dados e as informações coletados neste trabalho, visando discutir a viabilidade de elaboração de relatório de sustentabilidade de uma IES comunitária,

conclui-se que:

☑ Face aos 35 (trinta e cinco) fatores extraídos do PDI da Universidade pesquisada, pode-se considerá-los como rotineiros e plenamente aplicáveis na organização, em todas as dimensões econômica, social e ambiental. Entretanto, necessitam de revisões periódicas.

☑ Os 05 (cinco) fatores adotados pela Universidade, que não constam no respectivo PDI, são extremamente importantes. Porém, precisam ser regulamentados e, no decorrer do tempo de implantação, aperfeiçoados e ou fundidos aos demais fatores, ou seja, incluídos no PDI da Universidade e ou aproveitados da cartilha GRI.

☑ Os 11 (onze) fatores que constam na cartilha GRI – não adotados pela Universidade, também poderiam ser inicialmente implantados e, de acordo com a sua aderência pela instituição, aprimorados e ampliados gradativamente para os níveis de implantação “B” e, posteriormente, para o nível “A”.

Os resultados apontam que os fatores de sustentabilidade analisados estão alinhados com as questões tratadas neste trabalho. Porém, são necessários ajustes e suplementações de modo a adequabilidade às atividades desenvolvidas na Universidade, segundo critérios de Viegas e Cabral (2015). Com eventuais ajustes, a IES poderá obter relato melhor, mais abrangente, mais característico e assertivo das questões sustentáveis. Afinal, a sociedade tem exigido responsabilidade social das organizações, tornando-se necessária a divulgação periódica de relatórios de sustentabilidade (FONSECA *et al.*, 2011).

A estrutura de indicadores, proposta nesta pesquisa, possibilita a IES implantar políticas, planos e ações, tendo como referência a concepção de sustentabilidade como um todo, desde a forma integral e integrada até as dimensões econômica, ambiental e social.

Após realizar levantamento anual de fatores de sustentabilidade, em suas dimensões econômica, social e ambiental, a IES estudada poderá avaliá-los, classificando-os como “positivos ou satisfatórios”, como “vulneráveis ou insatisfatórios”, respeitada a ordem de preenchimento conforme cartilha *GRI* (2013).

Considerações Finais

Este estudo se propôs a analisar as possibilidades de implantação de relatório de sustentabilidade em uma IES comunitária, tendo como base as diretrizes desenvolvidas pela *Global Reporting Initiative (GRI)*. Nesse contexto, ampliou a discussão sobre formas e métodos de se elaborar um relatório de sustentabilidade capaz de gerar maior comprometimento e atitudes que melhorem a convivência local e valorizem práticas sustentáveis.

A implantação de um relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes *GRI* proporciona diversos benefícios a qualquer organização, inclusive numa IES comunitária. Ainda assim, vencer o desafio de adaptar dinâmicas num documento, bem como de adequá-lo ao perfil da organização face aos seus indicadores de desempenho, faz-se imprescindível.

Para tanto, faz-se necessário ter em mente que há problemas de (in)sustentabilidade no modelo social e econômico dominante. As reflexões teóricas e os dados analisados apontam para a necessidade de se buscar um novo modelo de desenvolvimento, que inclua aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Somente o conjunto eficaz de ações sustentáveis poderá garantir a gestão sustentável de recursos humanos e naturais. Assim, espera-se das instituições profunda transformação e governança, desde políticas e incentivos econômicos, fatores sociais e comportamentais, até as tecnologias e conhecimento. Sob esse cenário, as IES são importantes instrumentos para mudança de atitudes e ideários de problemas locais e globais. Afinal, são espaços destinados ao pensamento crítico, à prática da ciência e à formação humana e profissional.

As IES têm responsabilidade essencial na preparação das futuras gerações; por isso não devem apenas advertir, mas também propor soluções racionais para as adversidades insurgentes. As universidades podem corroborar tanto na formação de indivíduos críticos, reflexivos, éticos e promotores da sustentabilidade, quanto no próprio engajamento de ações sustentáveis, na criação de respectivos relatórios de sustentabilidade. Todavia, para se alcançar tais objetivos e atender exigências da sociedade, este estudo sugere uma reconstrução de vida e práxis universitária sustentáveis.

Vozes do mercado que, atualmente, soam alto, convergem sobre a necessidade de se restaurar um bom relacionamento entre universidade e sociedade. Nesse contexto, aspectos apontados neste estudo sobre relatórios e prática de sustentabilidade é parte importante da reação.

Ressalta-se que o estudo não esgotou o tema, tendo em vista que o assunto é complexo, muito amplo. Reconhece-se, também, que um estudo de caso não permite que seus resultados sejam replicados em todas as IES comunitárias. Portanto, recomenda-se que outros estudos de caso sejam realizados a fim de permitir que os resultados detectados possam ser comparados e melhor compreendidos.

Trabalhos futuros poderão avaliar impactos da adoção de relatórios anuais de sustentabilidade na administração de instituições de ensino superior, comunitárias ou não. É uma forma importante de vincular a análise dos impactos sustentáveis nas organizações a partir do balizamento do tripé da sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BEURON, T. A.; ALMEIDA, F. J. R.; MADRUGA, L. R. R. G. **Sustentabilidade Aplicada na Universidade: alguns campos estratégicos de ação de uma universidade europeia secular**. 2016. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/152.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRADFORD, M.; EARP, J.; WILLIAMS, P. Sustainability reports: what do stakeholders really want?. **Management Accounting Quarterly**, v. 16, n. 1, p. 13, 2014. Disponível em: <https://an-essay.com/sustainability-report-what-do-stakeholders-really>. Acesso em: 05 out. 2022.

CAMPOS, L. M. S. et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2013005000013>

CARVALHO I. C. M.; SILVA, R. S. Ambientalização do ensino superior e a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. In: RUSCHEINSKY A. et al. (Eds.). **Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil: caminhos trilhados, desafios e possibilidades**. São Carlos: EESC/USP, 2014. v. 1, p. 125-144.

CEBRAP. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc-CEBRAP, 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/unidades/abas/6e0ab6db/a514/4d38/8b19/3f2e5ce48e92.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

COOPER, D. R., SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo de caso nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. <https://doi.org/10.36661/2596-142X.2019v1i1.8235>

DIAS, L. N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; ROSSI, M. Z. G. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...**, Salvador: Anpad, 2006.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais de garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

FEIL, A. A.; STRASBURG, V. J.; NAIME, R. H. Análise sobre as normas e dos indicadores de sustentabilidade e a sua integração para gestão corporativa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 21-36, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/16349>. Acesso em: 28 set. 2022.

FONSECA, A. et al. The state of sustainability reporting at Canadian universities. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v.12, n.1, p. 22-40, 2011. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ922897>. Acesso em: 28 set. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2019.

GRI – **GLOBAL REPORTING INITIATIVE**. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. Versão G4. Amsterdã: GRI, 2013. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 12 jan. 2021.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Cidades**. 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350950&search=saopaulo|campinas>. Acesso em: 18 abr. 2021.

INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social**. 2014. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LEAL, F. W. About the role of universities and their contribution to sustainable development. **Higher Education Policy**, v 24, n. 4, p. 427-438, 2011. Disponível em: <https://typeset.io/papers/about-the-role-of-universities-and-their-contribution-to-2xxabdiq57>. Acesso em: 28 set. 2022.

LEGITIMUS. **Relações governamentais e institucionais**. GRI 2012. Disponível em: <http://www.legitimus.com.br/index.php/content/view/265/GRI.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LOVISCEK, V. Triple Bottom Line toward a holistic framework for sustainability: A systematic review. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. 3, p. 1-11, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200017.en>

LOURENÇO; M. A.; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **RACE**, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2346>. Acesso em: 26 set. 2022.

MARIMON, F. et al. The worldwide diffusion of the *Global Reporting Initiative*: what is the point? **Journal of Cleaner Production**, v. 33, p. 132-144, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.04.017>

MINTZBERG, H. et al. **Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>

PASINATO, J.; BRIÃO, V. B. Sustentabilidade de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista CIATEC-UPF**, v.6, n. 1, p. 48-64, 2014. <https://doi.org/10.5335/ciatec.v6i1.3398>

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PUC-Campinas 2013 - 2017**. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/11/PDI-Outubro-2014-Resumido-Aditamentos-1.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

SARKIS, J.; HELMS, M. M.; HERVANI, A. A. Reverse logistics and social sustainability. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, n. 17, n. 6, p. 337-354, 2010. <https://doi.org/10.1002/csr.220>

SILVA, L. H. V. **Aplicação e impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em grandes empresas privadas do setor industrial no Brasil**. 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

SOUZA, T. C. G. **Relatório de Sustentabilidade: proposta de aplicação em uma Instituição de Ensino Superior comunitária à luz da Global Reporting Initiative (GRI)**. 150 F. 2018. Dissertação (Mestrado

em Sustentabilidade) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

SOUZA, T. C. G.; DE BENEDICTO, S. C.; SILVA, L. H. V. Relatório de Sustentabilidade: proposta de aplicação em uma Instituição de Ensino Superior comunitária à luz da *Global Reporting Initiative* (GRI). **REUNIR - Revista De Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 11, n. 2, p. 76-89, 202. Disponível em: <https://www.reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/1022>. Acesso em: 26 fev. 2023.

VIEGAS, S. F. S; CABRAL, E. R. Práticas de sustentabilidade em instituições de ensino superior: evidências de mudanças na gestão organizacional. **Revista GUAL**, v. 8, n. 1, p. 236-259, 2015. <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n1p236>

VIFELL, A. C.; SONERYD, L. Organizing matters: how ‘the social dimension’ gets lost in sustainability projects. **Sustainable Development**, v. 20, n. 20, p. 18-27, 2012. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/wly/sustdv/v20y2012i1p18-27.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

WARKEN, I. L. M.; HENN, V. J.; ROSA, F. S. da. Gestão da sustentabilidade: um Estudo sobre o nível de sustentabilidade socioambiental de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 4, n. 3, p.147-166, set. 2014. <http://dx.doi.org/0.18028/rgfc.v4i3.740>.

Recebido em 04 de fevereiro de 2022.

Aceito em 05 de dezembro de 2022.